

Transformações nas mobilizações sociais contemporâneas: coletivos contemporâneos, movimentos tecnocconservadores, contramovimentos e os impactos para a democracia

Transformations in contemporary social mobilizations: contemporary collectives, technocconservative movements, countermovements, and their impacts on democracy

Transformaciones en las movilizaciones sociales contemporâneas: colectivos contemporâneos, movimientos tecnocconservadores, contramovimientos y los impactos para la democracia

Marcelo de Souza Marques*

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil

marcelo.marques.cso@gmail.com

ORCID: 0000-0003-2395-0191

Olivia Cristina Perez

Universidade Federal do Piauí. Teresina, Brasil

oliviacristina889@gmail.com

ORCID: 0000-0001-9441-7517

Inês Barbosa

Universidade do Porto. Porto, Portugal

inesbarbosa@letras.up.pt

ORCID: 0000-0002-7809-8410

Citar como: Marques, M de S., Perez, O. C. e Barbosa, I. (2026). Transformações nas mobilizações sociais contemporâneas: coletivos contemporâneos, movimentos tecnocconservadores, contramovimentos e os impactos para a democracia. *Desde el Sur*, 18(4), e0078.

RESUMO

Este artigo argumenta que as transformações contemporâneas da ação coletiva envolvem mudanças organizacionais, dinâmicas relacionais de conflito e crescente mediação das plataformas digitais, de modo que não podem ser compreendidas exclusivamente a partir dos modelos clássicos de organização e mobilização. Com base nesse argumento, analisa os coletivos contemporâneos,

* Autor corresponsal: Marcelo de Souza Marques, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. Correo: marcelo.marques.cso@gmail.com

os contramovimentos e os movimentos tecnocconservadores como categorias distintas, embora empiricamente articuláveis, e discute seus possíveis efeitos democráticos. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico-interpretativo fundamentado em revisão bibliográfica. Como contribuição, o artigo propõe um enquadramento teórico-analítico para a compreensão dessas transformações, destacando desafios centrais tanto para o campo de estudos da ação coletiva quanto para a democracia.

PALAVRAS-CHAVE

Ação coletiva contemporânea, coletivos, movimentos tecnocconservadores, contramovimentos, democracia

ABSTRACT

This article argues that contemporary transformations in collective action involve organizational changes, relational dynamics of conflict, and the growing mediation of digital platforms, and therefore cannot be understood exclusively through classical models of organization and mobilization. Building on this argument, it analyzes contemporary collectives, countermovements, and technocconservative movements as distinct yet empirically interconnected categories and discusses their potential democratic effects. Methodologically, it is a theoretical-interpretive essay based on a literature review. As its main contribution, the article proposes a theoretical-analytical framework for understanding these transformations, highlighting key challenges both for the field of collective action studies and for democracy.

KEYWORDS

Contemporary collective action, collectives, technocconservative movements, countermovements, democracy

RESUMEN

Este artículo sostiene que las transformaciones contemporáneas de la acción colectiva involucran cambios organizativos, dinámicas relacionales de conflicto y una creciente mediación de las plataformas digitales, por lo que no pueden comprenderse exclusivamente a partir de los modelos clásicos de organización y movilización. Sobre la base de este argumento, analiza los colectivos

contemporâneos, los contramovimientos y los movimientos tecnoconservadores como categorías distintas, aunque empíricamente articulables, y discute sus posibles efectos democráticos. Metodológicamente, se trata de un ensayo teórico-interpretativo fundamentado en una revisión bibliográfica. Como principal contribución, el artículo propone un marco teórico-analítico para comprender estas transformaciones, ya que destaca desafíos centrales tanto para el campo de estudios de la acción colectiva como para la democracia.

PALABRAS CLAVE

Acción colectiva contemporánea, colectivos, movimientos tecnoconservadores, contramovimientos, democracia

Introdução

Nas últimas décadas, diferentes ciclos de mobilização despertaram a atenção de observadores e analistas para transformações na dinâmica da ação coletiva, especialmente entre os jovens, evidenciando repertórios de contestação que articulam redes digitais, ocupação de espaços urbanos e formas horizontais de organização (Gohn, 2014; Perez, 2021; Marques, 2022). Entre essas experiências, destacam-se os levantes da Primavera Árabe, entre 2010 e 2012; os protestos dos Indignados na Espanha, em 2011; o movimento Occupy, nos Estados Unidos, no mesmo ano; as mobilizações na Grécia contra as políticas de austeridade, entre 2010 e 2012; as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil; os protestos estudantis no Chile, em 2011 e 2019; e as mobilizações pró-democracia em Hong Kong, em 2014 e 2019. No campo feminista, ganharam destaque mobilizações como o #NiUnaMenos, que emergiu na Argentina, em 2015, em protesto contra o feminicídio; o #EleNão, organizado por mulheres no Brasil, em 2018, contra a candidatura de Jair Bolsonaro (Perez *et al.*, 2023); e, no Chile, os protestos do Mayo Feminista, também em 2018, em repúdio ao patriarcado. No debate antirracista, o movimento Black Lives Matter, criado em 2013, nos Estados Unidos, repercutiu em diversos países sob o lema «Vidas Negras Importam» (Pereira, 2019). Também ganharam relevância, no debate sobre políticas públicas, direito à cidade e enfrentamento dos processos de gentrificação, os movimentos em defesa do direito à habitação e de enfrentamento à turistificação em países como Portugal e Espanha (Colomb e Novy, 2016; Barbosa e Lopes, 2021; Barbosa *et al.*, 2023; Barbosa, 2026). No campo do ativismo climático, destacaram-se os Fridays for Future e

o Extinction Rebellion, surgidos em 2018 e rapidamente difundidos por dezenas de cidades europeias.

Embora distintas em seus contextos, pautas e formas de organização, essas experiências permitem chamar a atenção para um aspecto relevante da ação coletiva contemporânea: a recorrente crítica, em diferentes graus e formas, a estruturas políticas e societárias clássicas, como partidos, sindicatos e organizações de movimentos sociais mais institucionalizadas (Gohn, 2017; Perez, 2017; Gerbaudo, 2021). Ao mesmo tempo, ao indicarem a busca por alternativas organizacionais para a ação, novas experiências de socialização, acolhimento e participação política, tais mobilizações têm assumido formas frequentemente marcadas por maior horizontalidade, descentralização das decisões e, portanto, pela recusa da ideia de liderança formal e vertical, bem como pela forte presença de jovens, pelo uso intensivo de redes sociais e plataformas digitais e pela experimentação de repertórios de ação de caráter performativo (Della Porta e Mattoni, 2014; Barbosa, 2016; Perez e Silva Filho, 2017; Perez, 2019, 2021; Gerbaudo, 2021; Marques, 2025).

Esse cenário, portanto, não se traduziu em apatia política, tampouco adquiriu uma direção política unívoca. Ao contrário, as mobilizações de caráter antissistêmico que nele emergiram tornaram mais visível aquilo que Chantal Mouffe (2015) designa como «retorno do político»: a reativação de antagonismos, clivagens e conflitos em torno da disputa pelos sentidos de valores, pertencimentos e formas de participação política na contemporaneidade. Esse movimento de retorno do *político* à vida social incide, por sua vez, sobre a *política*, entendida como o plano das estruturas e práticas institucionais. Isso porque os conflitos e as contradições sociais, próprios da dimensão do *político*, não apenas atravessam e constituem o tecido social, mas também incidem, direta ou indiretamente, sobre o funcionamento das instituições, lançando novos desafios não apenas às instituições democráticas, mas também à concepção até então hegemônica de uma «política do consenso»¹, especialmente em sua expressão tecnocrática, centrada nas elites político-partidárias e relativamente fechada aos anseios populares (Mouffe, 2015, 2019).

1 Segundo Mouffe, essa «política do consenso» também alcançou partidos de esquerda que, paulatinamente, passaram a se redefinir como forças de centro-esquerda ou socialdemocratas sob o signo da «modernização», contribuindo para a sedimentação de um contexto de «pós-política» — justamente a tentativa de domesticação e, no limite, de eliminação do político. Nesse processo, o antagonismo entre os projetos políticos do campo discursivo da direita e da esquerda foi relegado em favor de uma concepção tecnocrática da política, entendida menos como confronto entre projetos e mais como gestão dos assuntos públicos (Mouffe, 2019). Ver também Mouffe (2015, pp. 7-32, 63-88).

A compreensão desse processo exige considerar, ainda, um elemento adicional de complexificação social e política que ganhou relevo nas duas últimas décadas: as ondas populistas que têm atravessado diferentes democracias liberais e reconfigurado seus conflitos políticos e sociais. Nesse «momento populista», marcado pela intensificação das disputas em torno da definição de projetos políticos, da nomeação do «povo» e da consequente construção de fronteiras políticas que organizam o conflito social em polos antagonísticos (Laclau, 2013; Mouffe, 2019), estruturam-se tanto atores coletivos portadores de agendas inclusivas — como justiça social, direitos econômicos, igualdade de gênero e antirracismo — quanto atores coletivos vinculados a agendas excludentes, especialmente no contexto das mobilizações conservadoras contrárias a essas pautas (Silva, 2018; Mouffe, 2019; Mudde e Kaltwasser, 2017; Mudde, 2020; Costa *et al.*, 2025; Rosa *et al.*, 2024; Marques *et al.*, 2025).

É nessa complexa configuração que se tornam mais visíveis as diferentes formas organizacionais e políticas da ação coletiva contemporânea. No campo progressista, podemos destacar os *coletivos*, isto é, organizações em geral mais horizontais, descentralizadas e menos rígidas do que partidos, sindicatos e formas clássicas de organização dos movimentos sociais. Os coletivos têm explorado novas modalidades de mobilização e engajamento, também mediadas por redes sociais e plataformas digitais (Perez e Silva Filho, 2017; Perez, 2019; Penteado *et al.*, 2023; Gohn *et al.*, 2020; Nunes, 2023; Gohn, 2023).

No campo conservador, por sua vez, identificamos tanto os *movimentos tecnoconservadores* (Rosa *et al.*, 2024), que articulam valores tradicionalistas, racionalidade neoliberal, repertórios digitais e estratégias inovadoras de mobilização e disputa da opinião pública, quanto os *contramovimentos*, entendidos como atores coletivos que, ao se estruturarem em oposição a pautas progressistas, se lançam na disputa pelos sentidos dos conflitos sociais, da participação política e do legado das mobilizações contemporâneas (Szwako, 2014; Silva e Pereira, 2020; Moura *et al.*, 2020). Embora analiticamente distintas entre si², essas formas de mobilização

2 Embora possam se sobrepor empiricamente, consideramos que as categorias *contramovimento* e *movimento tecnoconservador* não operam no mesmo nível analítico. Como será discutido adiante, *contramovimento* nomeia, antes de tudo, uma posição relacional constituída pela oposição organizada a movimentos sociais: trata-se de um ator coletivo que se constitui em oposição a movimentos, pautas ou avanços de outros atores, deslocando o foco para a relação de antagonismo entre campos em disputa (Silva e Pereira, 2020). Já o movimento tecnoconservador parece designar não apenas um ator reativo a pautas progressistas, mas uma modalidade específica de conservadorismo politicamente organizada em ecossistemas digitais, fortemente apoiada em plataformas, algoritmos, mediação tecnopolítica, produção de subjetividades e circulação estratégica de discursos (Rosa *et al.*, 2024).

indicam que a ação coletiva contemporânea vem se reorganizando em bases novas, com efeitos que não podem ser tomados, de antemão, nem como democratizantes nem como regressivos, exigindo, por isso, maior precisão analítica – este é um dos desafios lançados neste dossiê.

É nesse cenário que se insere o presente artigo, concebido com o propósito de introduzir e problematizar as questões centrais do dossiê «Transformações nas Mobilizações Sociais Contemporâneas: organizações (in) formais e os impactos para a democracia». Seu problema central pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo coletivos, movimentos tecnoconservadores e contramovimentos expressam transformações recentes da ação coletiva contemporânea, e quais desafios analíticos e democráticos tais mobilizações colocam para esse campo de estudo? Com base nessa questão, o objetivo deste texto é problematizar, em chave teórico-interpretativa, essas três categorias mobilizadas para compreender as transformações contemporâneas da ação coletiva, buscando examinar suas especificidades, suas diferenças analíticas e políticas e seus possíveis efeitos para a democracia. Ao fazê-lo, o artigo também pretende oferecer um enquadramento analítico que contribua para o debate sobre as mobilizações sociais contemporâneas — tema do dossiê —, ao destacar os elementos que atravessam esse campo e ao explicitar sua pertinência teórico-analítica e política.

Do ponto de vista metodológico, este artigo possui natureza ensaística e teórico-interpretativa. Seu objetivo não consiste em realizar uma revisão sistemática da literatura nem em analisar empiricamente um conjunto delimitado de casos, mas em construir um enquadramento teórico-analítico, em diálogo com a literatura especializada, para compreender as transformações recentes da ação coletiva contemporânea, tomando como foco as discussões sobre coletivos, movimentos tecnoconservadores e contramovimentos. A seleção dessas três categorias decorre de sua capacidade de iluminar dimensões distintas, embora articuláveis, dessas transformações: os coletivos evidenciam, sobretudo, mudanças nas formas organizacionais, experiências de acolhimento e de experimentação; os contramovimentos, a dimensão relacional da conflitualidade; e os movimentos tecnoconservadores, a articulação entre orientação político-ideológica, organização em rede e infraestruturas sociotécnicas. Não se trata, portanto, de categorias equivalentes ou mutuamente excludentes, mas de chaves analíticas que operam em níveis distintos e podem se sobrepor empiricamente (cf. nota 3). Vale também destacar que a seleção das obras privilegiou autores que contribuíram para a formulação conceitual das categorias discutidas e para a compreensão das transformações recentes da ação coletiva. Portanto, além de trabalhos considerados clássicos nesse

campo de estudos, foram incorporadas pesquisas recentes dedicadas às dinâmicas organizacionais, tecnopolíticas e mobilizações contemporâneas. A análise também se apoia no acúmulo de pesquisas desenvolvidas pelos autores sobre os fenômenos examinados, especialmente aquelas dedicadas aos coletivos contemporâneos, populismo e extrema direita.

Além desta introdução, o texto está organizado em quatro seções. Na primeira, discutimos os coletivos e suas especificidades organizacionais, participativas e de socialização no interior das mobilizações contemporâneas. Na segunda, analisamos as transformações associadas à sociedade de plataformas e, nesse contexto, os movimentos tecnoconservadores, com ênfase na articulação entre orientação político-ideológica, organização em rede e infraestruturas sociotécnicas. Na terceira, examinamos os contramovimentos a partir de sua constituição relacional e de suas dinâmicas na era das plataformas. Na quarta, articulamos comparativamente as três categorias e discutimos seus possíveis efeitos para a democracia. Ao final, apresentamos algumas considerações sobre os desafios analíticos e democráticos suscitados por essas formas contemporâneas de mobilização.

1. Os Coletivos Contemporâneos

Recentemente, parte dos trabalhos no campo dos movimentos sociais tem se dedicado aos coletivos, percebidos, de forma geral, como um modelo de organização societária marcado por maior horizontalidade, flexibilidade e descentralização. Nessa agenda de pesquisa, os coletivos têm sido destacados por expressarem formas de organização e participação que, em contraste com estruturas tradicionais como partidos, sindicatos, ONGs e certas organizações de movimentos sociais, aparecem associadas a experiências mais dinâmicas, colaborativas e inclusivas.

Isso não significa, contudo, ausência de formalização ou de organização interna. Como sugerem estudos mais recentes, os coletivos, assim como outras experiências organizacionais pautadas nos ideais de horizontalidade, descentralização e colaboração, podem apresentar diferentes níveis de estruturação interna, inclusive com documentos organizacionais, divisão de tarefas e funções de coordenação, sem que isso implique, necessariamente, verticalização, centralização decisória ou descaracterização de seu ideário horizontalista (Gohn, 2022, 2025; Gaiger, 2025; Marques *et al.*, 2025). Em outros termos, a horizontalidade que caracteriza essas experiências deve ser compreendida menos como ausência de formalização e mais como busca por alternativas organizacionais a formas mais rígidas de concentração e centralização do poder. De forma geral, os coletivos podem ser compreendidos como um:

modelo de organização societária no interior de um conjunto mais amplo do repertório organizacional da sociedade civil contemporânea. Esses grupos são caracterizados por métodos, formas e práticas organizacionais baseadas em princípios de coletividade e colaboração, bem como na desconstrução discursiva de concepções tradicionais de liderança formal e vertical, o que não significa, entretanto, uma ausência radical de formalização e de funções de liderança. Inspirados por ideais ressignificados de movimentos históricos — como os anarquistas, operários e socialistas —, os coletivos buscam criar estruturas horizontais, promovendo novos espaços e experiências de participação política e socialização entre os membros. A construção dessas experiências organizacionais tem conduzido os ativistas à rejeição de familiaridades com modelos organizacionais convencionais, como partidos políticos, sindicatos, ONGs e mesmo certas organizações de movimentos sociais com maior nível de formalização. Tal rejeição reflete a percepção dos ativistas de que essas estruturas são rígidas e hierarquizadas. Nessa demarcação de uma posição diferencial em termos organizacionais, de socialização e de participação política, os coletivos se apresentam como experiências organizacionais mais flexíveis, dinâmicas e descentralizadas, informando uma alternativa para aqueles que buscam uma participação mais inclusiva e dinâmica (Marques *et al.*, 2025, p. 5).

Como também advertem os autores, convém ressaltar, contudo, que reconhecer a novidade dos coletivos no debate contemporâneo não implica tomá-los como um fenômeno sociológico inteiramente novo, surgido de modo espontâneo e desligado de experiências associativas anteriores. Sua novidade deve ser compreendida, antes, em chave relacional e histórico-processual: os coletivos se fazem novidades na medida em que (re)surgem em contextos específicos, demarcando posições discursivas próprias, resgatando e ressignificando práticas organizacionais e de ação política já disponíveis e, com isso, tensionando tanto o debate político-organizacional quanto as próprias categorias analíticas mobilizadas para compreendê-los.

Nesse mesmo sentido, ao discutir a noção de «novíssimos movimentos» e coletivos, Santos (2022) argumenta que muitas das características hoje associadas a essas experiências, como horizontalidade, autonomia, crítica à burocracia, recusa à vinculação partidária e uso dos meios de comunicação disponíveis em cada contexto, já estavam presentes em lutas e formas organizativas anteriores, especialmente nos movimentos autônomos das décadas de 1960 e 1970. Assim, o autor sustenta que «movimentos não vinculados a partidos, horizontais e autônomos não são novos» (Santos, 2022, p. 22) e que parte do que hoje aparece como novidade

deve ser compreendida à luz de permanências históricas, heranças organizacionais e práticas ressignificadas no tempo presente.

Um caso empírico emblemático é a trajetória do feminismo negro brasileiro. O destaque conferido às organizações coletivas de feministas negras perpassa as implicações históricas e político-organizacionais de suas experiências no interior do movimento negro. Embora a participação de mulheres nessas organizações tenha aumentado a partir dos anos 1970, inclusive promovendo uma ampliação do «campo de reflexão [do movimento negro], trazendo à tona temas como sexualidade e gênero e apontando a necessidade de discussões sobre as questões raciais no âmbito do feminismo» (Trindade, 2021, p. 33, acréscimo nosso), «havia pouco espaço para o movimento feminista negro dentro do movimento negro, tradicionalmente liderado por homens» (Coelho e Gurza Lavalle, 2019, p. 341). Por um lado, essa constatação fez com que «parte da agenda de mobilização das feministas negras viesse a situar o gênero junto à raça dentro do próprio movimento negro» (Coelho e Gurza Lavalle, 2019, p. 341), dando origem ao caráter de interseccionalidade de gênero e raça. Por outro, fomentou a busca por novos espaços de socialização, debate, acolhimento e mobilização entre as mulheres negras feministas. Como observa Trindade (2021), foi naquele contexto que surgiu, pela primeira vez no Brasil, um coletivo de mulheres negras, o Nzinga, cuja fundação, em 1983, contou com a participação de Lélia Gonzalez.

Essas primeiras experiências organizacionais de feministas negras, autodenominadas coletivos, já eram percebidas como «formas menos institucionalizadas de ação coletiva», ainda que amparadas «nos movimentos feministas e negros, valendo-se de suas estruturas organizativas e estratégias de ação» (Rios, 2014, p. 145). No entanto, esses coletivos só seriam mais facilmente observados a partir da segunda metade da década de 1980, momento em que se verificou o aumento do número dos coletivos negros feministas no país.

O mesmo argumento é informado por Lima (2025, p. 3), ao destacar que já nos anos 1980 «as feministas negras optaram por organizar grupos independentes», dando origem aos coletivos de mulheres negras. Como destaca a autora, «os coletivos eram células locais» voltadas ao enfrentamento de problemas cotidianos vividos por mulheres negras, como falta de creches públicas, insegurança alimentar, violência racial, dificuldades de acesso ao trabalho formal e moradia, ao mesmo tempo em que se articulavam a debates mais amplos dos movimentos negro e feminista.

Esses estudos indicam, portanto, que a forma *coletivo*, nas experiências do movimento feminista negro, já era um repertório organizacional

mobilizado, em outras conjunturas, por atores que buscavam protagonismo, autonomia e capilaridade de ação. É justamente nesse sentido que estamos a argumentar que os coletivos indicam a busca por alternativas organizacionais para a ação, por novas experiências de socialização, acolhimento e participação política.

Algo semelhante pode ser observado no caso dos coletivos culturais. Ao analisá-los, Marques e Marx (2025) mostram que sua novidade, sobretudo a partir dos anos 2000, reside no modo como essas experiências (re) surgem em condições históricas específicas, resgatando e ressignificando experiências anteriores. No campo artístico-cultural, isso se evidencia pelo fato de que formas coletivas de organização podem ser identificadas na própria história da arte, com experiências que remontam ao século XIX, e reaparecem em diferentes momentos, assumindo configurações particulares nos anos 1960 e 1970, nos anos 1980 e 1990 e, mais recentemente, nas duas últimas décadas (Moore, 2002; Mesquita, 2011):

Como argumentamos, embora seja uma renovada agenda de investigação, os coletivos, em geral, não representam um novo fenômeno sociológico. A tese do novo é, antes, um reflexo do recente olhar dos observadores sobre a existência dessas experiências organizacionais, profissionais e político-expressivas. Especificamente no campo artístico cultural, a análise de Moore (2002), por exemplo, indica-nos que os sentidos de coletividade na relação com a arte, a ideia de formação coletiva, bem como trocas, solidariedade e socialização entre os sujeitos estão presentes na própria história contemporânea do fazer artístico (Marques e Marx, 2025, p. 5).

A despeito disso, registram-se novidades no que os autores analiticamente denominam de «terceira onda coletiva», iniciada nos anos 2000³. Os autores destacam como novidades a constituição de experiências organizadas a partir de múltiplas linguagens artístico-culturais — inclusive, este elemento é mobilizado para diferenciar os coletivos culturais dos coletivos artísticos⁴ — e de múltiplas agendas, configurando espaços de

3 Este período coincide com a expansão do movimento altermundialista e do Fórum Social Mundial, que Santos (2005) descreve como «o movimento dos movimentos», uma expressão de globalização contra-hegemônica que articulou lutas locais, nacionais e globais sob a afirmação de que «um outro mundo é possível». Esse horizonte transnacional de organização coletiva radicalmente democrática constitui um dos contextos de emergência e ressignificação das formas coletivas contemporâneas.

4 Na diferenciação proposta por Marques e Marx (2025), «coletivos artísticos» remetariam a experiências mais centradas no campo das Artes e em identidades artístico-coletivas mais diretamente vinculadas a movimentos ou disputas internas a esse campo. Já «coletivos culturais» designam, de modo mais preciso, a voga contemporânea de grupos que articulam múltiplas linguagens artístico-culturais e múltiplas agendas, extrapolando uma identidade estritamente artística e operando como espaços de integração cultural e de articulações

integração artística e de articulações políticas mais amplas. Ainda segundo os autores, mesmo que a pluralidade e o hibridismo de linguagens não sejam elementos inéditos nas experiências coletivas no campo artístico-cultural, sua reatualização na terceira onda coletiva vem acompanhada da ampliação das demandas mobilizadas, do entrecruzamento entre questões culturais, identitárias, profissionais e políticas e da construção de formas de ação mais dinâmicas e diversificadas (Marques e Marx, 2025). Nesses termos, a novidade dos coletivos culturais contemporâneos não estaria na existência de formas coletivas em si, mas na maneira como, em contextos específicos, elas reelaboram heranças organizacionais anteriores e passam a articular novas linguagens, novas agendas e novas possibilidades de expressão e mobilização política, ciente de que «artistas se associam continuamente como parte de seu trabalho, e os grupos se formam em resposta a condições específicas, quando algo precisa ser feito» (Moore, 2002, s/p)⁵.

Como visto nesta seção, os coletivos podem ser compreendidos como formas de organização e participação que, embora se apresentem como alternativas a estruturas mais rígidas, não são inteiramente inéditas, pois reelaboram repertórios já mobilizados em outras conjunturas. Sua especificidade contemporânea reside, portanto, menos em uma ruptura com experiências associativas anteriores do que na resignificação, em contextos específicos, de princípios de horizontalidade, descentralização, colaboração e autonomia, combinados a diferentes graus de formalização, divisão de tarefas e coordenação. Ao mesmo tempo, essas experiências constituem espaços de socialização, acolhimento, aprendizagem e experimentação política. Nessa perspectiva, a categoria coletivo permite apreender transformações que envolvem simultaneamente modos de organização, experiências de pertencimento e socialização e maneiras de vivenciar e experimentar a participação política.

2. A era das Plataformas e os Movimentos Tecnoconservadores

Embora a expansão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) constitua um processo mais amplo do século XXI, foi

políticas mais amplas, ou seja, para além das disputas no campo artístico, como se observou, por exemplo, entre os anos 1930 a 1980.

⁵ Em termos analíticos, conforme Marques e Marx (2025), esse «quando algo precisa ser feito» implica compreender as emergências coletivistas ao longo da história para além de uma leitura que as reduza a simples reação ao campo artístico ou ao campo político-institucional. Tampouco se trata de inscrevê-las em uma narrativa linear e evolucionária, como se seu desenvolvimento decorresse mecanicamente das mudanças paradigmáticas e políticas desses campos. Ainda que tais experiências mantenham correlação com transformações estruturais mais amplas, sua constituição não pode ser inteiramente deduzida delas, nem nelas se esgota.

sobretudo com a crescente centralidade das plataformas digitais que a literatura passou a reunir um conjunto expressivo de pesquisas dedicado a examinar como a atuação dos usuários nesses ambientes — a exemplo do Instagram, WhatsApp, YouTube e X — tem incidido sobre os debates político, econômico e cultural (Castells, 2012; Van Dijck *et al.*, 2018; Da Empoli, 2019; Morozov, 2018; Gerbaudo, 2021; Bruzzone, 2021; Cesarino, 2022; Rosa *et al.*, 2024; Marques *et al.*, 2025). Esses estudos têm mostrado efeitos diretos desse processo sobre as campanhas eleitorais, sobre as estratégias de visibilização e antagonização do debate público e sobre novas modalidades de ativismo em contextos marcados por extremismos.

Uma formulação particularmente relevante para a compreensão das transformações da ação coletiva mediada pelas tecnologias digitais é apresentada por Bennett e Segerberg (2012), que propõem a noção de *ação conectiva* para compreender formas de mobilização caracterizadas pela circulação personalizada de conteúdos e pela coordenação da ação por meio de redes digitais⁶. Em contraste com modalidades de ação coletiva mais dependentes da mediação de organizações centralizadas, de identidades coletivas fortemente compartilhadas e de enquadramentos produzidos institucionalmente, a lógica da *ação conectiva* pode prescindir de um forte controle organizacional e da construção simbólica de um «nós» unificado:

o modelo alternativo emergente, que denominamos lógica da ação conectiva, aplica-se cada vez mais à vida nas sociedades da modernidade tardia, nas quais as organizações formais vêm perdendo sua capacidade de vincular os indivíduos, enquanto os laços grupais são substituídos por redes sociais amplas e fluidas (Castells, 2000). Essas redes podem operar de maneira significativa por meio dos processos organizacionais das mídias sociais, e sua lógica não requer um forte controle organizacional nem a construção simbólica de um «nós» unificado. Sugerimos que a lógica da ação conectiva possui uma dinâmica própria e, por isso, deve ser analisada segundo seus próprios termos analíticos (Bennett e Segerberg, 2012, p. 748).

Isso não significa, contudo, o desaparecimento das organizações. A contribuição dos autores permite compreender a coexistência e a combinação entre diferentes lógicas de coordenação da ação, com graus variados de mediação organizacional. Além disso, é preciso destacar que a

6 Mais do que designar processos de estruturação da mobilização e da ação coletiva nos quais as redes sociais digitais são mobilizadas como recursos pelos sujeitos, a *ação conectiva* constitui, para os autores, uma lógica específica de ação, baseada em novos padrões de comunicação personalizada, compartilhamento de conteúdos e articulação de relações interpessoais em redes digitais (Marques e Marx, 2020).

crescente mediação digital da ação coletiva não diz respeito apenas às formas pelas quais atores se conectam, compartilham conteúdos e coordenam mobilizações. Ela também exige considerar as características dos próprios ambientes sociotécnicos nos quais essas interações se desenvolvem. Se a noção de *ação conectiva* permite compreender transformações nas lógicas de coordenação e organização da ação, a consolidação das plataformas digitais acrescenta outra dimensão ao problema: essas infraestruturas não apenas viabilizam conexões entre atores, mas organizam formas de circulação, visibilidade e interação por meio de arquiteturas técnicas, modelos econômicos e mecanismos algorítmicos específicos.

Nesse sentido, mais do que simples ferramentas de comunicação, as plataformas digitais constituem infraestruturas sociotécnicas atravessadas por interesses políticos e econômicos, operacionalizados por meio de mecanismos de extração de dados e formas de modulação comportamental (Zuboff, 2020; Da Empoli, 2019). É nesse sentido que Morozov (2018) nos chama a atenção para o fato de que o ambiente digital contemporâneo tende a redefinir problemas sociais e políticos em chave técnica e informacional, deslocando-os para soluções gerenciais e algorítmicas. Como adverte o autor, nesse imaginário *solucionista*, «os problemas devem ser resolvidos por meio de aplicativos, sensores e ciclos infinitos de retroalimentação» (Morozov, 2018, p. 88). Não se trata, portanto, apenas de reconhecer a centralidade crescente das plataformas na mediação do debate público, mas de perceber que elas também reorganizam as próprias condições de visibilidade, persuasão, vigilância e circulação de enquadramentos políticos.

Esse processo, contudo, também não deve ser compreendido como um novo fenômeno sociológico deslocado dos processos históricos. Para uma adequada compreensão, é preciso remontar, ao menos, à transição das sociedades industriais ocidentais para as *sociedades informacionais* (Castells, 2018a). Emergentes a partir dos anos 1970 e consolidadas na década de 1990, essas sociedades passaram a se caracterizar pela centralidade crescente das tecnologias da informação e da comunicação, com a expansão dos computadores pessoais, das redes digitais e de novas formas de circulação da informação. Como destaca Castells (2018a, p. 62), as mudanças sociais do período foram «tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica», e a sua emergência marcou definitivamente um novo modo informacional de desenvolvimento, em que «a fonte de produtividade acha[va]-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos» (Castells, 2018a, p. 74). É esse «modo de desenvolvimento informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico

baseado na tecnologia da informação» que Castells denominou de sociedade informacional (Castells, 2018a, p. 74).

O que observamos no momento atual pode ser compreendido como um desdobramento do processo analisado por Castells (2018a): a consolidação de sociedades informacionais avançadas sob o predomínio das plataformas digitais, cuja consolidação tem reconfigurado e tensionado diferentes dimensões das democracias liberais (Castells, 2018b). Se, nas décadas anteriores, verificava-se um processo de *digitalização da vida*, como percebido na análise de Castells, no século XXI passamos a observar o fenômeno da *dataficação da vida*. Neste novo momento, como destaca Lemos (2021, p. 194), embora os processos de digitalização continuem a ocorrer, como na criação de websites, na quantificação de atividades cotidianas ou na conversão de livros impressos em e-books, eles passam a estar inseridos em procedimentos algorítmicos mais amplos de tratamento e captação de dados, como *Big Data* e *machine learning*. Ou seja, além ou mais do que quantificar, a «dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios» (Lemos, 2021, p. 194). Com os processos de dataficação da vida:

Qualquer ação pode ser não apenas digitalizada, mas quantificada em métodos precisos de monitoramento e projeção de cenários em tempo real ou futuro [...] não se trata apenas de conversão de um objeto analógico em digital, mas da modificação de ações, comportamentos e conhecimentos baseados na performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica [...]. Indo além da digitalização, a dataficação é a tradução de intenções, ações, reflexos, sentimentos em dados operacionalizáveis para gerar novas ações preditivas (coletivas ou individuais) a partir de coleta extensiva de informações [...]. A dataficação é o procedimento básico da sociedade de plataformas [...] é uma nova forma de produção do conhecimento. Ela implica uma requisição/tradução digital do mundo, possibilitando o domínio sobre objetos ou ações com o intuito de simulá-los e testá-los em sistemas computacionais avançados com inteligência artificial (IA). Temos, assim, uma forma hegemônica de conhecer e de gerir a vida no planeta (Lemos, 2021, pp. 194, 195, 196, 197).

A centralidade assumida pela dataficação nas dinâmicas sociais contemporâneas é decisiva para compreender o que Van Dijck *et al.* (2018) designam como *sociedade de plataformas*. Mais do que a simples expansão de tecnologias digitais, trata-se de um processo de penetração das infraestruturas, lógicas econômicas e mecanismos de governança das plataformas em diferentes setores e esferas da vida social, produzindo a reorganização de práticas, relações e construções culturais. Nesse contexto,

as plataformas tornam-se elementos centrais da infraestrutura social digital, mediando grande parte das interações cotidianas e concentrando poder em um oligopólio tecnológico. Nesse novo cenário, em que parcelas cada vez mais significativas da população estão se comunicando, obtendo informações e estabelecendo relações por meio das plataformas digitais, quase tudo é transformado em dados e em mecanismos variados de monitoramento, indução e controle (Van Dijck *et al.*, 2018; Zuboff, 2020; Rosa *et al.*, 2024; Marques *et al.*, 2025), «gerando reflexos diretos sobre nossas ações, emoções e experiências políticas, sobretudo diante do crescente poder das *big techs*» (Marques *et al.*, 2025, p. 7). Nesse processo, como destaca Lemos (2021, p. 198), cada vez mais as *big techs* têm concentrado «poder tecnocrático ('algocracia') nas mãos de especialistas ('epistocracia'), que podem decidir sobre as coisas de interesse público», e este é um dos pontos centrais que devem ser considerados. Isso porque, como temos argumentado, essas transformações têm afetado não apenas os modos de comunicação e circulação de informações, mas também as condições e os processos de organização, visibilidade, recrutamento e engajamento da ação coletiva.

Nesse ambiente de plataformização, dataficação e modulação algorítmica, têm emergido formas de mobilização conservadora, caracterizadas pela articulação entre agendas reativas, influenciadores, redes editoriais, desinformação, enquadramentos morais e capacidade ampliada de recrutamento e engajamento em escala, modificando o debate público e a ação política. Isso não significa que setores progressistas, como os coletivos analisados anteriormente, não recorram às TDICs em seus processos de mobilização e articulação. Como demonstram diferentes pesquisas (cf. Gohn, 2017; Assis, 2018; Penteado *et al.*, 2023; Marques e Marx, 2020), a internet e as tecnologias de comunicação têm sido mobilizadas como recursos relevantes para a organização da ação, a divulgação de campanhas e a construção de enquadramentos interpretativos. Inclusive, as mudanças promovidas e/ou potencializadas pela ampliação do uso da internet, a partir do final dos anos 1990, foram de grande relevância para a alteração das condições estruturais de emergência dos coletivos contemporâneos.

O fato de atores progressistas também mobilizarem essas tecnologias como parte de sua estrutura de mobilização, contudo, não significa que as plataformas constituam ambientes sociotécnicos estrutural e politicamente neutros. Suas arquiteturas, modelos econômicos e mecanismos de circulação e engajamento integram as próprias condições nas quais os diferentes atores disputam visibilidade, públicos e capacidade de mobilização — discutiremos na sequência. É nesse contexto que ganha particular relevância a expansão contemporânea de redes conservadoras

e tecnocconservadoras e sua estreita articulação com o ecossistema das plataformas.

Na América Latina, por exemplo, embora com configurações nacionais distintas, observa-se a articulação de redes conservadoras em torno de pautas como o combate à chamada «ideologia de gênero»⁷, a oposição aos direitos sexuais e reprodutivos e a reatualização de repertórios anti-comunistas, podendo, em determinados contextos, associar-se também à contestação de instituições e procedimentos democráticos (Biroli e Caminotti, 2020; Mayka e Smith, 2021). Essas redes articulam, de diferentes maneiras, lideranças religiosas, organizações da sociedade civil, *think tanks*, institutos liberais, influenciadores digitais e canais de comunicação alternativos, valendo-se das plataformas para promover a circulação transnacional de enquadramentos, mobilizar identidades morais e manter suas bases em permanente ativação (Mayka e Smith, 2021)⁸.

Por fim, é preciso destacar que o ambiente das plataformas é profundamente assimétrico, marcado pela hegemonia econômica, política e ideológica das *big techs* e, de forma mais ampla, pela «silicolonização do mundo» (Amaral et al., 2025). Retomando a formulação de Éric Sadin, Amaral et al. (2025) empregam essa expressão para designar o estágio mais recente da expansão global do poder das grandes empresas de tecnologia oriundas do Vale do Silício e, com ele, a difusão de um modo de organização da vida social, econômica e política orientado pelas plataformas, pelo empreendedorismo digital, pela lógica de mercado e por suas infraestruturas tecnológicas. Como destacam os autores, «‘silicolonização’ designa um processo de colonização instrumentalizado por essas empresas [...] que ampliaram progressivamente seu domínio sobre a vida de pessoas e instituições, comprometendo sistemas sociais, políticos e econômicos em escala global» (Amaral et al., 2025, p. 68). Não se trata, portanto, apenas da expansão das tecnologias digitais, mas da difusão de uma racionalidade sociotécnica, econômica e política que redefine práticas, valores, formas de mediação e condições da própria disputa política.

É no interior desse ambiente estruturalmente assimétrico que devem ser compreendidas as vantagens diferenciais observadas na atuação de

7 Biroli e Caminotti (2020) analisam o combate à chamada «ideologia de gênero» à luz da noção de «politização reativa de gênero», proposta por Vaggione (2016), destacando seu caráter de reação aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQ. Essa dinâmica pode ser analiticamente compreendida a partir do conceito de contramovimento.

8 Nos casos da Argentina e do Brasil, Gold e Peña (2021) mostram, mais especificamente, como partidos de direita passaram a mobilizar repertórios e recursos produzidos por ativistas digitais durante ciclos de protesto, constituindo novas estratégias de vinculação política por meio da intermediação digital.

determinados atores, especialmente aqueles vinculados ao campo tecnocconservador. Reconhecer essas vantagens, contudo, não significa atribuí-las mecanicamente às plataformas ou aos seus vieses algorítmicos. Elas decorrem da maneira como propriedades sociotécnicas específicas são exploradas por atores organizados e diferencialmente dotados de recursos (Cesarino, 2022; Amaral *et al.*, 2025). Essas vantagens resultam da articulação entre propriedades sociotécnicas, disponibilidade desigual de recursos econômicos, redes empresariais e religiosas e profissionalização da produção de conteúdos (Rocha, 2021; Rosa *et al.*, 2024). A isso se somam modelos de monetização que convertem o engajamento afetivo, especialmente a indignação, o medo e o ressentimento, em visibilidade, receita e capacidade de mobilização política (Zuboff, 2020; Da Empoli, 2019; Caputo, 2025). Nesse sentido, os setores tecnocconservadores encontram condições particularmente favoráveis à sua expansão não por serem produtos automáticos das plataformas, mas porque emergem relacionalmente⁹ da articulação contingente entre infraestruturas sociotécnicas, atores organizados, recursos desigualmente distribuídos, redes ideológicas e conjunturas políticas específicas. Uma vez constituídos, esses atores exploram as lógicas de circulação, segmentação, recomendação e engajamento das plataformas em suas estratégias de mobilização. Não por acaso, como observa Morozov (2018, p. 20), «a esquerda, que nunca se distinguiu por narrativas empolgantes de cunho tecnológico, não tem nada parecido a oferecer», razão pela qual o autor sustenta que qualquer alternativa exigiria «reescrever a história da internet — o âmbito intelectual do Vale do Silício — como uma história do capitalismo e do imperialismo neoliberal» (Morozov, 2018, p. 21).

Essas vantagens diferenciais dependem também das formas organizacionais por meio das quais recursos, atores e estratégias são articulados e sustentados ao longo do tempo. Nesse sentido, essa reconfiguração da ação coletiva não implica a substituição de organizações formais por modalidades necessariamente informais de mobilização. As direitas societárias latino-americanas, por exemplo, apresentam uma composição organizacional heterogênea, abrangendo associações econômicas,

9 A noção de *emergência* é mobilizada aqui em sentido relacional, e não como indicação de uma origem cronologicamente recente ou de um efeito automaticamente produzido pelas plataformas. Um *fenômeno emergente* resulta da interação contingente entre elementos interdependentes e adquire propriedades que não podem ser reduzidas às características de cada um desses elementos isoladamente. Nessa perspectiva, o tecnocconservadorismo emerge das relações entre infraestruturas sociotécnicas, atores organizados, recursos econômicos, redes ideológicas e conjunturas políticas específicas. Para uma leitura mais detida sobre as propriedades emergentes por uma leitura relacional, conferir Marques *et al.* (2025).

organizações religiosas e redes com diferentes níveis de formalização, que também podem manter relações com partidos e atores eleitorais (Mayka e Smith, 2021). No contexto da sociedade de plataformas, essa heterogeneidade ganha novas configurações, uma vez que a atuação em ambientes digitais pode combinar flexibilidade reticular, estruturas profissionalizadas, investimentos na produção de conteúdo e estratégias permanentes de mobilização. Mais do que estabelecer uma oposição entre formalidade e informalidade, importa analisar como diferentes graus de institucionalização, profissionalização e flexibilidade organizacional se combinam nas mobilizações contemporâneas.

2.1. Os Movimentos Tecnoconservadores

Compreender o contexto da sociedade de plataformas e seu ecossistema sociotécnico é essencial não apenas para analisar as transformações recentes da ação coletiva em sentido amplo, mas também para entender as condições específicas de emergência e fortalecimento de formas contemporâneas de mobilização conservadora. Afinal, as mesmas infraestruturas que ampliam a circulação de pautas, repertórios e formas de engajamento também favorecem a articulação de redes ideológicas, enquadramentos morais reativos, estratégias de recrutamento em larga escala e polarização. É nesse quadro que se tornam inteligíveis os movimentos tecnoconservadores.

Essas dinâmicas tornaram-se particularmente evidentes na articulação de campanhas contra políticas de igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+, ações afirmativas, educação sexual e proteção ambiental, frequentemente apresentadas como ameaças à família, à liberdade ou à soberania nacional. Em diferentes conjunturas, esses movimentos também desempenharam papel relevante em campanhas eleitorais de lideranças de direita, nas manifestações de contestação ao sistema eleitoral e em redes transnacionais de oposição às agendas climáticas e aos direitos reprodutivos¹⁰. De modo mais amplo, a atuação dos movimentos tecnoconservadores caracteriza-se pela combinação entre influenciadores digitais, canais do YouTube, perfis em diferentes plataformas, grupos de WhatsApp e Telegram, mídias alternativas, organizações da sociedade civil e eventos presenciais de articulação política, constituindo um ecossistema capaz de difundir enquadramentos morais, ativar identidades coletivas, recrutar apoiadores e converter o engajamento digital em mobilização presencial.

10 No Brasil, por exemplo, durante o ciclo de protestos que antecedeu o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a intermediação digital favoreceu novas formas de vinculação entre ativistas digitais e atores partidários de direita, que passaram a incorporar repertórios e recursos desenvolvidos nas redes de mobilização (Gold e Peña, 2021).

O primeiro ponto na análise dos movimentos tecnoconservadores consiste em compreender que esses grupos não se definem apenas pela criação e circulação de discursos conservadores em ambiente digital, o que nos levaria a compreender esse ambiente como mero contexto da ação ou simples repertório dos grupos conservadores, mas pelo fato de se constituírem em redes organizacionais que se estruturam no interior desse ecossistema sociotécnico, com capacidade de incidir tanto sobre o *político* como sobre a *política*. Isso fica mais claro quando observamos, em diferentes partes do mundo, que esse campo tem se expressado tanto em manifestações contra imigrantes, instituições liberais e pautas progressistas quanto na realização de grandes eventos de articulação ideológica e organizacional, como a Conservative Political Action Conference (CPAC), tradicionalmente sediada nos Estados Unidos e, desde 2019, também realizada no Brasil (Da Empoli, 2019; Rosa *et al.*, 2024).

Como configurações emergentes das relações constitutivas desse ecossistema, esses movimentos operam por meio do uso intensivo das plataformas digitais, articulado ao suporte de complexas redes editoriais, midiáticas, empresariais e de influenciadores (Rosa *et al.*, 2024; Amaral *et al.*, 2025). Nessas condições, ampliam sua capacidade de comunicação, recrutamento, engajamento e persuasão, incidindo diretamente tanto sobre manifestações públicas quanto sobre a polarização de disputas políticas e eleitorais (Da Empoli, 2019; Bruzzone, 2021; Cesarino, 2019; Marques *et al.*, 2025)¹¹. Ou seja, mais do que evidenciar o papel das tecnologias digitais como meros instrumentos de mediação, esse fenômeno revela a formação de um campo tecnoconservador no qual infraestruturas comunicacionais, produção de enquadramentos e estratégias de mobilização se combinam de maneira particularmente eficaz.

É exatamente nesse sentido que Rosa *et al.* (2024) sustentam que o tecnoconservadorismo não designa apenas a presença de atores conservadores nas redes, mas uma atualização tecnopolítica de agendas neoconservadoras no interior das sociedades de plataformas. Essa leitura pode ser aprofundada com Cesarino (2022), para quem as infraestruturas digitais não funcionam como suportes neutros, mas «propiciam *vieses organizacionais* que, embora embutidos no design, só emergem

11 Com relação à polarização, Da Empoli (2019) chama a atenção para o fato de que a propaganda política na era das redes sociais tende a operar segundo uma lógica «naturalmente populista», isto é, avessa à intermediação e orientada pelo engajamento imediato, explorando sobretudo medos e paixões. Ainda segundo o autor, em vez de convergir ao centro e buscar sínteses amplas — lógica liberal-pluralista —, essas dinâmicas passam a inflamar públicos fragmentados e a rearticular o conflito político em torno da oposição entre «o povo» e «as elites». Para uma leitura mais detida sobre populismo na era das plataformas digitais, conferir Marques *et al.* (2025).

plenamente *na relação* com grupos e atores concretos» (Cesarino, 2022, p. 94, destaques da autora). O que a autora está a destacar é que a plataforma parece oferecer «vantagens comparativas» à renovação da direita neoliberal-reacionária e que «forças antiestruturais» tendem a ocupar e dominar tecnicamente, com vantagem tática inicial, novos ambientes de mídia (Cesarino, 2022, p. 94)¹². Ou seja, trata-se da emergência e de processos de reorganização de discursos, pautas e formas de intervenção conservadoras em ecossistemas digitais marcados pela publicidade segmentada, circulação algorítmica, dataficação e economia da atenção.

As plataformas, nesse caso, não operam como meios de difusão, mas como ambientes sociotécnicos dotados de regras, programas e formas específicas de mediação que condicionam a circulação de conteúdos, a formação de públicos e a eficácia política das mensagens: os movimentos technoconservadores constituem configurações emergentes das relações¹³ que estruturam esse ecossistema e, uma vez constituídos, passam a mobilizar suas propriedades sociotécnicas em suas estratégias de ação. Não por acaso, ao discutirem o papel do YouTube nesse processo, Rosa et al. (2024, pp. 173-174) afirmam que a plataforma «também se tornou um reduto de considerável valia para agitadores da direita em diversos países, sendo também uma das empresas responsáveis pela emergência do que estamos chamando de technoconservadorismo». Isso porque, como argumentam, foi justamente por meio da circulação de vídeos e de seu compartilhamento em outras plataformas que se constatou «uma maior circulação de pautas neoconservadoras por vias platáformicas, promovendo certa subjetivação technoconservadora» (Rosa et al., 2024, p. 174)¹⁴.

Essa formulação permite identificar, ao menos, quatro dimensões constitutivas do technoconservadorismo particularmente úteis para pensarmos os movimentos technoconservadores. A primeira é sua base *ideológica neoconservadora*, centrada no anticomunismo, na defesa da família tradicional, em moralismos de forte conteúdo religioso, na valorização de hierarquias sociais e na reação às agendas progressistas. A segunda diz

12 Aqui vale retomar o argumento de Morozov (2018, pp. 20-21) indicando anteriormente: «A esquerda, que nunca se distinguiu por narrativas empolgantes de cunho tecnológico, não tem nada parecido a oferecer. Pior ainda, jamais vai propor algo assim se não reescrever a história da internet — o âmbito intelectual do Vale do Silício — como uma história do capitalismo e do imperialismo neoliberais.

13 Conferir nota 9 sobre a ideia de emergência.

14 Isso nos ajuda a compreender o argumento de Cesarino (2022, p. 94), quando afirma que as «forças antiestruturais» tinham, «num primeiro momento, uma vantagem tática na disputa com seus oponentes, plasmados pelas estruturas vigentes no período pré-digital: partidos políticos, esfera pública pluralista baseada no englobamento do privado pelo público, procedimentos de produção de verdade centrados nas elites profissionais do sistema de peritos etc.».

respeito à sua *infraestrutura tecnopolítica*: plataformas, algoritmos, impulsionamento e publicidade digital deixam de ser meros instrumentos exteriores e passam a integrar a própria forma de circulação, visibilidade e eficácia desses discursos. A terceira refere-se à sua capacidade de *articulação em rede*, conectando influenciadores, editoras, mídias alternativas, grupos religiosos, empresários, militares e iniciativas organizadas em uma malha relativamente coesa de produção e difusão ideológica¹⁵. A quarta, por fim, remete aos *processos de subjetivação*, isto é, à produção de disposições afetivas e cognitivas favoráveis a essas narrativas, por meio da simplificação do debate público, da polarização, da mobilização de ressentimentos e da reiteração intensiva de enquadramentos morais (Rosa *et al.*, 2024; Amaral *et al.*, 2025; Marques *et al.*, 2025; Caputo, 2025).

Nesses termos, pensar os movimentos tecnoconservadores exige ir além da ideia de atores conservadores que simplesmente mobilizam ferramentas digitais. Trata-se, antes, de formas de ação coletiva que aproveitam propriedades estruturais da sociedade de plataformas e seu ecossistema sociotécnico e que, por conseguinte, se estruturam em estreita relação com as infraestruturas dessas plataformas, explorando seus mecanismos de visibilidade, recomendação, engajamento e circulação para difundir discursos, consolidar seguidores, formar militância e conectar lideranças a públicos amplos. Sob essa perspectiva, os movimentos tecnoconservadores podem ser compreendidos como fenômenos simultaneamente ideológicos, organizacionais e sociotécnicos, cuja eficácia depende não só de seu conteúdo ideológico, mas também da exploração das infraestruturas comunicacionais das plataformas, que ampliam sua capacidade de difusão discursiva, formação de públicos, consolidação militante e incidência político-cultural. Por isso, compreender a ação coletiva no presente exige reconhecer os movimentos tecnoconservadores como uma configuração específica de mobilização, constituída na articulação entre orientação político-ideológica, formas organizacionais em rede e infraestruturas sociotécnicas próprias da sociedade de plataformas.

15 A dimensão organizacional em rede desse fenômeno aparece com mais nitidez quando Rosa *et al.* (2024, p. 330) argumentam que o diagrama do tecnoconservadorismo se constitui no interior de «um ecossistema de desinformação orientado por este espectro político em articulação com outros demais movimentos internacionais conhecidos como alt-right». Ao mesmo tempo, assinalam que «sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores passaram a ser produzidos por meio da concatenação de diferentes camadas de subjetivação instrumentalizadas por meio das plataformas digitais» (Rosa *et al.*, 2024, p. 330). Esses elementos permitem compreender que o tecnoconservadorismo não se reduz a um conjunto disperso de opiniões conservadoras em circulação, mas envolve a formação de arranjos relativamente estruturados de produção ideológica, mediação comunicacional e mobilização política.

3. Os Contramovimentos na era das plataformas

Se as mobilizações sociais contemporâneas não podem ser compreendidas apenas a partir de suas dinâmicas internas de organização, repertórios e enquadramentos, nem reduzidas às suas interações conflitivas com a esfera institucional (Abers e Von Bülow, 2011; Carlos *et al.*, 2017), tampouco podem ser analisadas sem atenção às forças que se constituem em oposição a elas no plano das *disputas sócio-civis* (Szwako, 2014)¹⁶. Isso porque, em diferentes contextos históricos, a emergência e a visibilização de movimentos sociais têm sido acompanhadas pela formação de atores coletivos reativos, orientados a contestar suas pautas, bloquear seus avanços ou restaurar padrões normativos e institucionais percebidos como ameaçados. É nesse plano que se insere a discussão sobre os contramovimentos.

Como destacam Silva e Pereira (2020), os «contramovimentos» têm sido definidos na literatura a partir da ideia de que a conflitualidade que estrutura os movimentos sociais tende também a gerar processos de organização e mobilização em oposição a eles, como uma espécie de «dinâmica reativa» organizada em resposta a avanços, reais ou assim percebidos, das agendas defendidas por esses movimentos. Os contramovimentos, portanto, se constituem «em relação de oposição e conflito com movimentos sociais que desafiam ou ameaçam interesses, valores, modos de vida, posição social, entre outros aspectos, de determinado segmento da sociedade» (Silva e Pereira, 2020, p. 32).

Essa definição, apresentada por Silva e Pereira (2020, p. 34), indica dois critérios principais: um *cronológico*, na medida em que o contramovimento emerge posteriormente ao movimento que enfrenta; e outro *relacional*, pois sua constituição e sua atuação se organizam em referência direta ao movimento ao qual se opõe, configurando uma dinâmica de oposição e conflito no plano das disputas sócio-civis (Szwako, 2014). Contudo, como destacam os autores, a ênfase nesses elementos não implica reduzir analiticamente os contramovimentos a uma espécie de dinâmica reativo-passiva, pois, uma vez constituídos, os contramovimentos tendem a desenvolver agendas próprias e a construir redes contramovimentalistas, atuando ofensivamente na disputa por enquadramentos públicos e por incidência institucional. Isso nos indica que a relação entre movimento e contramovimento deve ser compreendida não como simples reflexo em torno de um objeto efetivamente em disputa, mas como um campo de interação e

¹⁶ O ganho dessa noção está em permitir um deslocamento analítico: em vez de observar apenas a interação entre movimentos e Estado, torna-se possível examinar também o plano das disputas sócio-civis que atravessa a esfera societária (Szwako, 2014).

disputa política contínua. Isso porque, como destaca Szwako (2014), em diálogo com Meyer e Staggenborg, muitas vezes o contramovimento não disputa exatamente o mesmo objeto real do movimento ao qual se opõe. Em vez disso, reformula discursivamente a questão, criando outro objeto, apresentado como estando em risco ou em perigo, o qual funciona como operador de mobilização e de legitimação pública da reação.

No contexto latino-americano, a análise de Szwako (2014) sobre gênero, religião e contramovimento no processo de destituição presidencial de Fernando Lugo, no Paraguai, ilustra essa dinâmica relacional. O caso evidencia como atores conservadores podem reorganizar conflitos em torno de enquadramentos morais e religiosos, constituindo-se em oposição a agendas e mudanças percebidas como ameaçadoras. Ao fazê-lo, não apenas reagem a atores ou reivindicações previamente constituídos, mas procuram redefinir os termos do conflito e incidir sobre o próprio cenário político-institucional. Esse caso reforça que, mais do que uma simples contraposição:

os contramovimentos também podem objetivar — e geralmente objetivam — mudanças de cenários. Lo (1982) observou que muitos movimentos conservadores norte-americanos que reagiram aos movimentos pelos direitos civis e mulheres, por exemplo, buscavam incidir sobre as leis. Portanto não agem apenas reativamente, mas buscam implementar estratégias que permitam assegurar seus interesses de forma duradoura (Moura *et al.*, 2020, p. 564).

A noção de contramovimento mostra-se especialmente produtiva para, conforme Silva e Pereira (2020), deslocar o olhar analítico de uma «perspectiva analítica movimentocêntrica» para uma compreensão mais relacional da conflitualidade social, incorporando os oponentes dos movimentos como parte constitutiva das disputas políticas e ampliando o foco para além da díade movimento-e-Estado. Ao mesmo tempo, como advertem os próprios autores, isso não significa tomar o conceito como categoria capaz de descrever, por si só, toda e qualquer forma de ação política conservadora ou protagonizada por grupos dominantes. Afinal, «nem toda ação política conservadora ou protagonizada por grupos dominantes é um contramovimento social» (Silva e Pereira, 2020, pp. 42-43):

Concebemos, portanto, os contramovimentos como uma forma de ação contenciosa dentre as muitas existentes no amplo repertório da conflitualidade social contemporânea. O conceito de «contramovimentos» é apenas um dos elementos de uma vasta «caixa de ferramentas» conceitual que permite pensar os movimentos sociais de forma relacional (Silva e Pereira, 2020, p. 43).

Mais do que uma chave totalizante, trata-se de uma ferramenta analítica específica, útil para apreender uma forma particular de ação contenciosa no interior do repertório mais amplo da conflitualidade contemporânea. A distinção com relação aos movimentos sociais reside, portanto, na *posição relacional* que o contramovimento ocupa diante de um movimento prévio, ao qual responde organizadamente, buscando conter, deslegitimar, deslocar ou reverter os efeitos de sua ação. Embora emergjam relacionalmente em oposição a outros movimentos, não se esgotam, contudo, em uma lógica reativa-passiva. Ao contrário, tendem a desenvolver agendas próprias, construir redes e estruturas organizacionais e mesmo empresariais em uma atuação ativa na conformação dos cenários políticos. O ganho analítico da noção está justamente em permitir a incorporação dessas forças opositoras como parte constitutiva da conflitualidade social contemporânea (Szwako, 2014; Silva e Pereira, 2020; Moura *et al.*, 2020).

Em ambientes digitais, a dinâmica dos contramovimentos encontra condições particularmente favoráveis de intensificação. Isso porque, como observa Bruzzone (2021, p. 14), a combinação entre técnicas de propaganda e as possibilidades abertas pela tecnologia digital já demonstrou «sua capacidade de causar alterações estruturais nos países e na geopolítica», promovendo o processo de polarização societária. Nesse ambiente, têm ganhado força narrativas assentadas em visões binárias do conflito, marcadas pela produção de antagonismos, já que, segundo o autor, trata-se de uma visão binária do mundo, onde os opostos se excluem e, portanto, «há somente amigos e inimigos» (Bruzzone, 2021, p. 14).

Nesses ambientes, os contramovimentos deixam de atuar apenas como respostas episódicas às reivindicações dos movimentos sociais e passam a disputar continuamente a definição pública dos problemas sociais. Essa disputa, portanto, não se organiza apenas em torno das pautas defendidas pelos movimentos, mas também da construção de objetos discursivos apresentados como ameaçados, tais como a família, a infância, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada ou a soberania nacional. Na América Latina, como destacam Biroli e Caminotti (2020, p. 3),

redes transnacionais difundem a ideia de que a família estaria em risco caso a chamada «ideologia de gênero» não fosse contida, reunindo atores religiosos e seculares, católicos e evangélicos. Esses grupos foram fundamentais para o lançamento da Frente Nacional por la Familia (Frente Nacional pela Família), no México, e do movimento #ConMisHijosNoTeMetas (#NãoSeMetaComMeusFilhos), no Peru, que alcançou significativa repercussão em diferentes países.

Em vez de responder diretamente às reivindicações feministas, anti-racistas, ambientais ou de diversidade sexual, esses atores procuram redefinir o próprio sentido do conflito por meio de enquadramentos que reorganizam a percepção pública sobre aquilo que estaria efetivamente em disputa.

A comunicação digital, operante nesse processo, não apenas acelera a circulação de mensagens, mas, como destaca Cesarino (2022), também desestabiliza e reorganiza categorias fundamentais da vida pública, reconfigurando a própria disputa política e favorecendo processos de polarização, segmentação de públicos e formas de engajamento assentadas em afetos, simplificações e antagonismos. Nesse contexto, redes de influenciadores, ecossistemas editoriais e estratégias de viralização ajudam a converter indignação em mobilização, estabilizar públicos e articular repertórios que combinam moralização, denúncias de «captura» institucional e apelos ao «povo», dirigidos tanto contra elites políticas, culturais e científicas quanto contra movimentos sociais.

Nessa chave teórico-analítica, movimentos tecnoconservadores podem, em determinadas configurações, assumir uma posição contramovimental, especialmente quando se constituem e atuam em oposição a movimentos sociais e às pautas, reivindicações, avanços ou conquistas a eles associados. Nesses casos, as propriedades sociotécnicas dos ambientes digitais passam a integrar as próprias infraestruturas da contramobilização, ampliando possibilidades de circulação de enquadramentos, articulação de públicos e intensificação da disputa política (Marques *et al.*, 2025).

Como destaca Cesarino (2022), esses atores não apenas exploram algoritmos ou aceleram fluxos comunicacionais. Eles surgem e se fortalecem em ambientes nos quais a plataformação desestabiliza mediações anteriores e favorece formas particularistas de pertencimento e reconhecimento. Em Cesarino (2022, pp. 12-13), esse deslocamento aparece como a passagem de um reconhecimento «universal e público», inerente ao liberalismo pluralista, para um reconhecimento «particularista», «sendo conferido apenas aos membros de uma mesma comunidade de destino que se integra, em última instância, pela contraposição a um entorno experimentado como ameaçador e incerto (tipicamente, um inimigo)»:

Sob o prisma cibernético, portanto, o principal efeito político das novas mídias não diz respeito à conjuntura: às forças políticas particulares que, em determinado momento, são beneficiadas por elas. Remete, antes, a toda uma tecnopolítica, ou ao modo como essas mídias vêm transformando estruturalmente a esfera pública [...] a atual infraestrutura de mídia introduz um viés técnico favorável ao realce

dos extremos: a uber-política da soberania individual por um lado, e ilusões pós-políticas de mediações técnicas neutras (no caso algorítmicas), por outro. O sistema como um todo é assim empurrado para um estado longe do equilíbrio, em que os extremos oscilam e se recombinaem em ferraduras «tecnopopulistas» (Cesarino, 2022, p. 91).

Essa dinâmica também ajuda a compreender como os contramovimentos se estruturam no ecossistema das plataformas. Sua capacidade de mobilização não decorre exclusivamente da existência de organizações formais ou de lideranças centralizadas, mas da articulação entre influenciadores digitais, mídias alternativas, organizações da sociedade civil, grupos religiosos, canais de comunicação e comunidades organizadas em aplicativos de mensagens. Embora esses atores mantenham relativa autonomia, eles convergem na circulação de narrativas que atravessam diferentes plataformas digitais (Rosa *et al.*, 2021; Rosa e Rosa, 2024).

Essa configuração reforça o caráter relacional dos contramovimentos contemporâneos: sua especificidade reside na relação de oposição que estabelecem com movimentos sociais e com pautas, reivindicações, avanços ou conquistas a eles associados. A partir dessa relação constitutiva, articulam redes, recursos e enquadramentos capazes de reorganizar os próprios termos do conflito. Uma vez constituídos, podem desenvolver agendas próprias, combinar diferentes formas e graus de organização e atuar tanto nas disputas societárias quanto sobre as instituições (Szwako, 2014; Silva e Pereira, 2020; Moura *et al.*, 2020).

4. Ação coletiva contemporânea e democracia

A análise conjunta das três categorias discutidas permite identificar diferentes dimensões das transformações contemporâneas da ação coletiva e, ao mesmo tempo, explicitar suas possíveis articulações empíricas. Coletivos, movimentos tecnocconservadores e contramovimentos podem constituir chaves analíticas para apreender, sob diferentes ângulos, transformações nas formas de organização e participação, nas dinâmicas de conflitualidade e nas condições sociotécnicas da ação coletiva contemporânea. A Tabela 1, a seguir, sistematiza essas diferenças e aproximações, evidenciando seus princípios constitutivos, suas configurações organizacionais, suas relações com as plataformas e seus possíveis efeitos para a democracia.

TABELA 1. Síntese analítico-interpretativa das transformações da ação coletiva contemporânea

Categoria	Eixo constitu- tivo	Forma organi- zacional	Relação com as plataformas	Efeitos democráti- cos possíveis
Coletivos	Horizontalidade, colaboração, participação, acolhi- mento, autonomia e crítica a formas rígidas de concen- tração do poder	Estruturas flexí- veis e com maior nível de descen- tralização, com graus variados de formalização, di- visão de tarefas e coordenação	As plataformas operam como recursos de articu- lação, visibilidade, circulação de pautas e engaja- mento	Podem ampliar a in- clusão, o pluralismo e as oportunidades de participação, bem como favorecer ino- vações nas práticas participativas, mas também reproduzir hierarquias informais e apresentar dificulda- des de continuidade e responsabilização
Movimentos tecnocon- servadores	Articulação entre agendas neocon- servadoras, redes organizadas e pro- priedades estrutu- rais dos ecossiste- mas digitais	Redes de influen- ciadores, empre- sas, editoras, think tanks, organi- zações religiosas, atores políticos e comunidades digitais, com di- ferentes graus de profissionalização	As plataformas constituem uma dimensão central da circulação, segmentação, recrutamento, monetização, for- mação de públi- cos e produção de subjetividades	Podem ampliar a contestação e a par- ticipação de públicos conservadores, mas, quando articulados a estratégias de desin- formação, exclusão de adversários e deslegi- timação institucional, restringem o pluralis- mo, direitos e a igual- dade política
Contramovi- mentos	Oposição organiza- da a movimentos sociais e às pautas, reivindicações, avanços ou con- quistas a eles asso- ciados, percebidos como ameaçador- es a determinados interesses, valores ou modos de vida.	Arranjos va- riáveis, que po- dem combinar redes informais, organizações pro- fissionalizadas, grupos religiosos, empresas e arti- culações político- institucionais	As plataformas podem operar como infraes- truturas de con- tramobilização, coordenação, vira- lização e disputa de enquadramen- tos públicos	Podem reestruturar a dinâmica da con- testação e ampliar a disputa pública, mas seus efeitos tendem a restringir direitos, igualdade política e pluralismo liberal

A tabela sintetiza o argumento desenvolvido neste artigo ao evidenciar que as transformações da ação coletiva contemporânea ocorrem em dimensões distintas, embora relacionadas. Os *coletivos* permitem apreender mudanças nas formas de organização, socialização e participação; os *movimentos tecnoconservadores* evidenciam como orientações político-ideológicas, redes organizadas e infraestruturas sociotécnicas podem se articular em modalidades específicas de mobilização; e os *contramovimentos* tornam particularmente visível a constituição relacional dos atores e das

disputas sócio-civis. Essas categorias, contudo, não delimitam universos empíricos necessariamente separados. Como discutido, podem ocorrer sobreposições entre elas: movimentos tecnoconservadores, por exemplo, podem assumir uma posição contramovimental quando se organizam em oposição a movimentos, pautas ou conquistas previamente constituídos. Ao mesmo tempo, coletivos, contramovimentos e movimentos tecnoconservadores encontram-se inseridos, ainda que de formas e com intensidades distintas, em uma sociedade crescentemente estruturada pelas plataformas digitais.

A relevância dessas transformações não se restringe às formas de organização, mobilização ou acesso à esfera pública, mas alcança também as disputas em torno dos sentidos da própria democracia. Seus possíveis efeitos democráticos — inclusivos ou excludentes — dependem das agendas defendidas, das práticas construídas, das relações de poder estabelecidas e das formas pelas quais esses atores ampliam ou restringem possibilidades de participação, reconhecimento, igualdade política, pluralismo e direitos. É nessa chave que as diferenças entre as categorias analisadas adquirem particular relevância.

No caso dos *coletivos*, suas experiências de organização, participação e socialização pautadas, em diferentes graus, pela horizontalidade, acolhimento, descentralização e colaboração podem ampliar oportunidades de participação e expressão política, incorporando sujeitos, experiências e demandas frequentemente sub-representados nos espaços formais de poder. Sua contribuição democrática potencial, portanto, não se limita à capacidade de incidir sobre as instituições (Marques, 2022; Trindade, 2021; Gohn, 2022; Faria, 2023), mas envolve também a ampliação do pluralismo societário e a produção de experiências participativas capazes de tensionar os limites das formas instituídas de representação e participação (Perez, 2025). Esses efeitos, entretanto, não decorrem automaticamente da horizontalidade, da flexibilidade ou da descentralização. Os próprios coletivos podem reproduzir hierarquias informais, assimetrias de participação, dificuldades de responsabilização e problemas de continuidade organizacional. Sua relação com a democracia deve ser examinada, portanto, a partir das práticas efetivamente construídas e das relações de poder que atravessam essas experiências.

Questão semelhante, embora em outros termos, coloca-se para os *movimentos tecnoconservadores*. A ampliação da capacidade de expressão, articulação e mobilização de públicos conservadores pode, em princípio, ampliar a contestação e as possibilidades de participação política. Seus efeitos assumem outra direção, contudo, quando essa capacidade de mobilização se articula a processos de desinformação, à construção de

adversários como inimigos, à deslegitimação de mediações e instituições democráticas e à circulação de enquadramentos que restringem o reconhecimento e os direitos de determinados grupos sociais. Nessas configurações, a combinação entre recursos organizacionais desigualmente distribuídos, infraestruturas sociotécnicas e estratégias de mobilização produz efeitos regressivos sobre o pluralismo e sobre as próprias condições de funcionamento da democracia liberal, incidindo sobre a igualdade política, a legitimação das instituições democráticas, os direitos civis e as condições de formação de um debate público plural.

Já a categoria *contramovimento* designa uma posição relacional constituída pela oposição organizada a movimentos sociais e às pautas, reivindicações, avanços ou conquistas a eles associados, ainda que, uma vez constituído, possa desenvolver agendas, redes e estratégias próprias. A análise dessas organizações deve considerar as agendas defendidas, as estratégias mobilizadas e as formas pelas quais intervêm sobre direitos, pluralismo, igualdade política e condições de participação. Se a constituição de atores organizados em oposição a movimentos e pautas previamente estabelecidos pode ampliar a própria dinâmica da contestação, determinadas contramobilizações podem também atuar no bloqueio ou na reversão de direitos, na exclusão de grupos e na deslegitimação de instituições e procedimentos democráticos.

Tomadas em conjunto, essas três categorias reforçam o argumento acerca do problema analítico e do desafio empírico em compreender como diferentes formas de organização e participação, posições assumidas nas relações de conflito, agendas político-ideológicas e condições sociotécnicas se articulam em situações concretas, ampliando ou restringindo as possibilidades de pluralismo, reconhecimento, igualdade política e participação.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo mostram que a ação coletiva contemporânea desafia parte das categorias tradicionalmente mobilizadas para compreender os processos de mobilização social. As mudanças observadas nas últimas décadas não se restringem às formas de organização dos atores coletivos, mas envolvem transformações mais amplas nas condições em que os conflitos se constituem e disputam legitimidade. Nesse contexto, coletivos, movimentos tecnoconservadores e contramovimentos não representam etapas sucessivas nem expressam um mesmo projeto político. Remetem a experiências empíricas e dimensões analíticas distintas da ação coletiva contemporânea, passíveis de entrecruzamentos e que, no presente, se desenvolvem em um ambiente

sociotécnico crescentemente estruturado pelas plataformas, no qual disputam, por diferentes meios, a definição dos problemas públicos e a construção de narrativas sobre a democracia.

É nesse quadro que se insere a contribuição deste artigo, em particular, e do presente dossiê, em geral. O argumento desenvolvido é que as transformações contemporâneas da ação coletiva envolvem mudanças nas formas de organização, socialização e participação política, nas dinâmicas relacionais de constituição dos conflitos e nas condições sociotécnicas em que os atores se organizam, mobilizam públicos e disputam legitimidade. Coletivos, movimentos tecnoconservadores e contramovimentos permitem apreender diferentes dimensões dessas transformações, sem desconsiderar que, em uma sociedade crescentemente estruturada pelas plataformas digitais, essas formas de mobilização coexistem, podem se entrecruzar e participam de disputas em torno de projetos políticos distintos, cujos efeitos para a democracia dependem das agendas, práticas e relações que constroem.

Essas considerações também ampliam a agenda de pesquisa do campo. Mais do que incorporar novos objetos de investigação, torna-se necessário compreender como as plataformas digitais reorganizam as relações. Isso implica analisar de que modo diferentes atores utilizam recursos tecnológicos para ampliar sua capacidade de disputar interpretações sobre problemas públicos e influenciar processos decisórios. Sob essa perspectiva, a sociedade de plataformas não constitui apenas o cenário em que as mobilizações ocorrem, mas um elemento que interfere nas próprias condições de organização da ação coletiva e na dinâmica da conflitualidade política.

As reflexões apresentadas também permitem situar a democracia como objeto de análise, e não como pressuposto normativo da ação coletiva. As mobilizações contemporâneas revelam que as esferas públicas são permanentemente atravessadas por disputas. Essas disputas podem contribuir para ampliar processos de inclusão política ou fortalecer agendas orientadas à restrição de direitos e ao questionamento de instituições democráticas. O desafio analítico, portanto, não consiste em atribuir previamente um sentido democrático ou antidemocrático às diferentes formas de mobilização, mas em compreender como elas reconfiguram as relações entre participação e democracia em uma sociedade cada vez mais estruturada pelas plataformas digitais.

Contribución de autoría

Marcelo de Souza Marques, Olívia Cristina Perez e Inês Barbosa participaram em todas las fases CRediT.

Fuente de financiamiento

Ninguno.

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Declaración de uso de IA

No desenvolvimento do manuscrito, foi utilizado o ChatGPT (GPT-5.6), uma ferramenta de inteligência artificial generativa (IA-G). Seu uso limitou-se exclusivamente à revisão técnico-gramatical do texto.

Agradecimientos

Agradecemos ao editor Miguel Angulo-Giraldo pelo suporte editorial e aos(as) pareceristas anônimos(as) pela leitura atenta e pelas valiosas observações e sugestões, que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abers, R. N. e Von Bülow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, 13(28), 52-84. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>
- Amaral, A. J., Rosa, P. O. e Sabariego, J. (2025). De la silicolonización del mundo al tecnoconservadurismo: el renacimiento del extremismo político brasileño en el siglo XXI. *Revista de Estudios Sociales*, 94, 65-84. <https://doi.org/10.7440/res94.2025.04>
- Assis, L. G. (2018). Virada comunicação: como coletivos de comunicação das periferias estão construindo uma nova forma de se comunicar. *Revista Anagrama*, 12(1), 1-10. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2018.146727>
- Barbosa, I. (2016). *Crise, austeridade e ação coletiva: experiências de aprendizagem crítica com Teatro do Oprimido*. [Tese de doutoramento, Instituto de Educação da Universidade do Minho]. <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/56539261-6e9c-4715-9ab0-567c2d0295ba>
- Barbosa, I. (2026) «Housing is an open wound»: The political role of music in Portugal's urban struggles. *European Urban and Regional Studies*, 33(3), 408-429. <https://doi.org/10.1177/09697764261419443>
- Barbosa, I. e Lopes, J. (2021). Learning through Collective Action and Social Mobilizations in Portugal: Dialogues with Paulo Freire's Pedagogy. *Postcolonial Directions in Education*, 10(2), 305-326.
- Barbosa, I., Lopes, J. T. e Ferro, L. (2023). Artists against tourism gentrification: Analyzing creative practices of resistance in Porto, *Debats. Revista de cultura, poder i societat*, 137, 31-50. <https://doi.org/10.28939/iam.debats-137-1.2>
- Bennett, L. W. e Segerberg, A. (2012). The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Biroli, F. e Caminotti, M. (2020). The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender*, 16(1), 1-6.
- Bruzzone, A. (2021). *Ciberpopulismo. Democracia e política no mundo digital*. Contexto.
- Caputo, M. (2025). El problema de la imagen en las redes sociales: *scrolleo*, montaje algorítmico y *trolls* en tiempos de resentimiento. *Revista de Estudios Sociales*, 94, 103-119. <https://doi.org/10.7440/res94.2025.06>

Carlos, E., Dowbor, M. e Albuquerque, M. do C. (2017). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, 17(2), 360-378. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>

Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope. Social movements in the internet Era*. Polity Press.

Castells, M. (2018a). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. [R. V. Majer, trad.]. Paz e Terra.

Castells, M. (2018b). *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Zahar.

Cesarino, L. (2019). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1 (1), 92-120. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>

Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso*. Ubu.

Coelho, V. S. e Gurza Laval, A. (2019). Os movimentos negro e indígena e a política de saúde e de HIV/Aids: institucionalização e domínio de agência. Em A. Gurza Laval, E. Carlos, M. Dowbor e J. Szwako (orgs.), *Movimentos Sociais e Institucionalização. Políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* (pp. 331-373). EdUERJ.

Colomb, C. e Novy, J. (Eds.). (2016). *Protest and Resistance in the Tourist City*. Routledge.

Costa, E. G., Coelho, G. B. e Marques, M de S. (2025). Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate. *Sociologias*, 27, e148501. <https://www.scielo.br/j/soc/a/fzngCmZ4tk5CD9WNFvcn7x/?format=html&lang=pt>

Da Empoli, G. (2019). *Engenheiros do caos*. Vestígio.

Della Porta, D. e Mattoni, A. (eds.). (2014). *Spreading protest. Social movements in times of crisis*. ECPR Press.

Faria, F. (2023). Demo da experiência: «ocupar para existir», uma política feminista e decolonial. Em A. Paiva, F. Lima Neto e T. Sanches (orgs.), *Movimentos e coletivos sociais. Categorias em disputa* (pp. 223-249). Numa.

Gaiger, L. (2025). Emergência, características e práticas dos coletivos: contribuições de um estudo multilocal. *Civitas*, 25(1), e46373. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46373>

Gerbaudo, P. (2021). *Redes e Ruas. Mídias sociais e ativismo contemporâneo*. Funilaria.

Gohn, M. da G. (2014). *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Cortez.

Gohn, M. da G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil. Correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez.

Gohn, M. da G. (2022). *Ativismos no Brasil. Movimentos sociais, coletivos e organizações civis: como impactam e por que importam?* Vozes.

Gohn, M. da G. (2023). Junho de 2013, 10 anos depois: um enigma ainda a decifrar. *Desigualdade & Diversidade*, 23, 11-39. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.64173>

Gohn, M. da G. (2025). Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil. *Civitas*, 25 (1), e46254. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46254>

Gohn, M. da G., Penteado, C. L. e Marques, M de S. (2020). Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica*, 7(3), 01-07. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>

Gold, T. e Peña, A. M. (2021). The rise of the contentious right: digitally intermediated linkage strategies in Argentina and Brazil. *Latin American Politics and Society*, 63(3), 93-118. <https://doi.org/10.1017/lap.2021.23>

Laclau, E. (2013). *A razão populista*. Três Estrelas.

Lemos, A. (2021). Dataficação da vida. *Civitas*, 21(2), 193-202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>

Lima, D. C. (2025). Caracterização dos feminismos negros: dos coletivos da geração MNU às coletividades virtuais. *Civitas*, 25(1), e46400. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46400>

Marques, M. de S. (2022). *Interações socioestatais: mútua constituição entre os coletivos culturais e o Estado no Espírito Santo*. [Tese de doutorado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Marques, M. de S. (2025). Crítica à política tradicional e posição diferencial: algumas considerações sobre a emergência dos coletivos culturais contemporâneos. *Civitas*, 25(1)1-12. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.45969>

Marques, M. de S. e Marx, V. (2020). Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*, 7(3), 08-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>

Marques, M. de S. e Marx, V. (2025). Coletivos e as novidades no debate político-organizacional: uma abordagem processual-relacional sobre os coletivos culturais contemporâneos no Brasil. *Opinião Pública*, 31, 01-41. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202531102>

Marques, M. de S., Azevedo, B. A. e Felix, E. B. (2025). Em torno das Sociologias Relacionais: emergência, contingência, sujeito sociológico, causalidade e voluntarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 40, e40030. <https://doi.org/10.1590/40030/2025>

- Marques, M. de S., Marx, V. e Cruz, D. S. (2025). Quem Tem Medo da Organização? Dimensão Organizacional no Ativismo e nos Processos Decisórios dos Coletivos Culturais do Espírito Santo. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 68(3), e20230024. <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.382>
- Marques, M. de S., Nemer, D., Souza, A. T. e Silveira, F. L. (2025). Tecnopolíticas e configurações extremistas na era das plataformas digitais. *Revista de Estudos Sociais*, 4, 3-22. <https://doi.org/10.7440/res94.2025.01>
- Mayka, L. e Smith, A. E. (2021). Introduction: the grassroots right in Latin America: patterns, causes, and consequences. *Latin American Politics and Society*, 63(3), 1-20. <https://doi.org/10.1017/lap.2021.20>
- Mesquita, A. (2011). *Insurgências poéticas. Arte ativista e ação coletiva*. Anablume.
- Moore, A. (2002). General Introduction to Collectivity in Modern Art. *The Journalist of Aesthetic Protest*. <https://www.joaap.org/new3/moore.html>
- Morozov, E (2018). *Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. WMF Martins Fontes.
- Mouffe, C. (2019). *Por um populismo de esquerda*. Autonomia Literária.
- Moura, J. T. V., Rozendo, C. e Oliveira, M. V. (2020). Movimento e contramovimento e as configurações do campo político em torno da utilização dos agrotóxicos no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 54, 560-609. <https://doi.org/10.5380/dma.v54i0.75103>
- Mudde, C. (2020). *O regresso da ultradireita. Da direita radical à direita extrema*. Presença.
- Mudde, C. e Kaltwasser, C. R. (2017). *Populismo. Uma brevíssima introdução*. Gadiva.
- Nunes, R. (2023). O ciberativismo antes, durante e depois de Junho de 2013. *Desigualdade & Diversidade*, 24, 95-124. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.66110>
- Penteado, C. L. C., Valiengo, C. B. e Jahnel, M. O. (2023). Tecnologias e ação coletiva: usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação por cinco coletivos na cidade de São Paulo. Em A. Paiva, F. Lima Neto y T. Sanches (orgs.), *Movimentos e coletivos sociais. Categorias em disputa* (pp. 191-222). Numa.
- Pereira, A. A. (2019). *Black Lives Matter* nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, 49(172), 122-143. <https://www.scielo.br/j/cp/a/CqWDJtJcDRm4tqwRxM4yJpx/?lang=pt>

Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, 25(3), 577-596. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>

Perez, O. C. (2021). Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Izquierdas*, 53(1), 1-16. <https://www.scielo.cl/pdf/izquierdas/v53/0718-5049-izquierdas-53-39.pdf>

Perez, O. C. (2025). A democratização das instituições por meio da inclusão das diversidades entre os coletivos. *Civitas*, 25(1), e46310. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46310>

Perez, O. C. e Silva Filho, A. L. A. (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), 255-294. <https://periodicos.ufal.br/latitude/article/view/2812>

Perez, O. C., Moura, J. T. V. e Bandeira, C. (2023). Protests for Women's Rights and against the Bolsonaro Administration. *Latin American Perspectives*, 50(1), 1-14. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X221150442>

Rios, F. M. (2014). *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. [Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo].

Rocha, C. (2021). *Menos Marx, mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. Todavia.

Rosa, P. O. Ângelo, V. A., Vieira, B. B. e Almeida, V. A. (2024). *Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo*. Autonomia Literária.

Rosa, P. O. e Rosa, R. (2024). Tecnopolíticas do ódio: estratégias utilizadas por grupos de WhatsApp conservadores e bolsonaristas nas eleições brasileiras de 2018 e 2022. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 11(1), 64-91. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/es/article/view/44757>

Rosa, P. O., Ângelo, V. A. e Braga, T. (2021). Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 8(2), 187-216. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36384>

Santos, B. A. O. (2022). O «Novo» em velhas práticas: uma análise sobre a noção de «Novíssimos» Movimentos Sociais e Coletivos. *Simbiótica*, 9, (1), 20-37. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>

Santos, B. S. (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44. <https://doi.org/10.4000/rccs.979>

Silva, M. K. (2018). A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie*, 17(1), 88-111. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341713>

Silva, M. K. e Pereira, M. M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, 8, (20), 26-49. <https://doi.org/10.20336/rbs.647>

Szwako, J. (2014). O «mau desempenho» de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, 20(1), 132-155. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32930514007>

Trindade, L. R. (2021). *Fortalecendo os fios: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste*. [Tese doutorado em Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos].

Vaggione, J. M. (2016). Sexualidad, Derecho y Religión: Entramados en Tensión. Em M. Macarena Sáez y J. M. Morán Faúndes (orgs.), *Sexo, Delitos y Pecados. Intersecciones entre Religión, Género, Sexualidad y el Derecho en América Latina* (pp. 17-51). Center for Latin American and Latino Studies.

Van Dijck, J., Poell, T. e De Waal, M. (2018). *The platform society. Public values in a connective world*. Oxford University Press.

Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância*. Intrínseca.

Marcelo de Souza Marques é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. Compõe a coordenação do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Coordenador do Grupo de Pesquisa Discurso, Estado, Sociedade e Cultura (GDESC/UFES). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Núcleo Participação e Democracia (NUPAD/UFES) e do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnologias (LEIDTEC/UFES).

Olivia Cristina Perez é doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO/CINDE). É professora de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atuando na graduação, no mestrado e no doutorado. É líder do Grupo Democracia e Marcadores Sociais da Diferença (UFPI), membro do INCT Participa e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Inês Barbosa é Professora de Animação Cultural do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Investigadora integrada do Instituto de Sociologia (IS-UP), subgrupo de Criação Artística, Práticas e Políticas Culturais. Coordenadora do Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (FCT, AIMA, CES). Membro da ESA - RN25 Social Movements e RN37 Urban Sociology e da Rede Internacional de Investigação em Artes, Educação Artística e Arte/Educação.

Recepción: 13/4/2026

Aceptación: 30/8/2026